

DECLARAÇÃO FINAL DA ASSEMBLEIA GERAL DA EAPN

Bruges, 29 de outubro 2016

Pela defesa de uma Europa que proteja os direitos fundamentais para todos

A Assembleia Geral da EAPN reúne num momento em que a Europa se encontra numa situação crítica. Algumas das suas características são o pós-BREXIT; a crise humanitária que atinge as pessoas que chegam à Europa; a deterioração acelerada da economia e do bem-estar da Grécia, bem como a incapacidade de fazer mais para ajudar as economias em dificuldade do sul do continente; o fracasso em elevar os padrões sociais nos Estados-Membros da Europa Central e de Leste, rendimentos extremamente baixos nos países do Báltico e Balcânicos, a propagação de mensagens xenófobas e racistas, com o aumento dos partidos de extrema-direita em muitos Estados-Membros. Além de tudo isso, a desigualdade está a aumentar e mais de 123 milhões de europeus estão em risco ou vivem em situação de pobreza e exclusão. As pessoas sem rendimentos ou poupanças que lhes permitam superar as suas dificuldades diárias estão desprotegidas contra as atuais e futuras dificuldades e a pobreza e a exclusão é muitas vezes transmitida aos seus filhos.

Além disso, a concentração da riqueza é refletida em quem detém o poder económico e político. Através das suas políticas macroeconómicas e fiscais atuais, os governos e as instituições da UE são vistos como para servir os interesses e as preferências dos mais ricos. Ao aumentar a sua riqueza eles podem continuar a manter os seus opulentos níveis de consumo, de conforto e de oportunidade, vivendo num mundo à parte da maioria da população.

Subjacente a esta situação crítica, encontram-se profundos desafios fundamentais para a UE. Ou seja, o enfraquecimento da missão da UE, a quebra dos seus valores fundadores, e a alienação da UE dos interesses dos cidadãos.

A EAPN exige dos governos o combate à desigualdade, incluindo a desigualdade de resultados; para prevenir e aliviar a pobreza e a injustiça no presente, e para evitar a sua transmissão às gerações futuras. A EAPN exige que os Estados-Membros lutem pela sua coesão social, através do reforço dos direitos sociais, possibilitando o acesso aos serviços essenciais, garantindo níveis elevados da proteção social e uma sociedade onde o emprego oferece às pessoas um salário e um trabalho digno.

A EAPN lembra às companhias e empresas europeias que estão a colocar a sua riqueza em offshoring que a globalização de que estão a beneficiar é uma “faca de dois gumes”, e que há uma **necessidade de criar valor compartilhado, uma vez que a competitividade de uma empresa e o bem-estar das comunidades vizinhas estão mutuamente dependentes**. O reconhecimento e a capitalização destas conexões entre o progresso social e económico tem um enorme potencial para o desenvolvimento económico e humano.

A política económica europeia deve deixar a ideologia de austeridade, de forma a permitir a promoção de uma sociedade mais justa, melhores políticas de redistribuição e justiça fiscal, começando com um imposto global sobre a riqueza em toda a UE.

Para incluir o quarto da população europeia que atualmente está marginalizada, a proposta para um Pilar Europeu dos Direitos Sociais deve fornecer uma base Europeia de normas sociais, capazes de atuar como um trampolim para o acesso a um padrão de vida decente para todos em toda a Europa. Os principais componentes desta base social são:

- Um quadro europeu sobre rendimento/remuneração mínima que cobre as despesas de alojamento, alimentação, vestuário, educação, saúde, transporte e desenvolvimento pessoal;
- Um seguro de desemprego que proteja os trabalhadores e as suas famílias apoiadas por um seguro de desemprego da UE para ajudar os países em momentos de choques económicos;
- É indispensável desenvolver um mercado de trabalho europeu, com uma vasta gama de ofertas para pessoas excluídas do mercado de trabalho, para facilitar o acesso ao trabalho em todos os Estados-Membros, incluindo as zonas rurais e urbanas que experienciam desvantagens;
- Uma diretiva da UE sobre sistemas de rendimento mínimo adequados, para facilitar a inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços e uma vida decente durante os períodos de desemprego;
- Um Quadro de pensões da UE que permita que as pessoas idosas vivam com dignidade e de benefícios para crianças menores de 18 anos de idade, a fim de erradicar a pobreza infantil e um follow up da Recomendação sobre Bem-estar infantil;
- Estabelecer um limite ou uma referência abaixo do qual os gastos com a proteção social não devem cair nos Estados-Membros;
- A ação da UE para fortalecer o acesso a serviços de qualidade - incluindo os serviços sociais, educação, saúde, habitação digna, incluindo uma estratégia para combater as situações de sem-abrigo;
- É crucial para promover uma estratégia da UE investir recursos para ultrapassar a desigualdade salarial e de pensões ao nível do género, e para integrar o combate contra a discriminação em todas as suas manifestações.

Estas propostas devem formar a base de uma estratégia global da UE para combater a pobreza, a exclusão e as desigualdades apoiadas por fundos europeus que permitam a sua criação e implementação.

Finalmente, os Estados-Membros e a UE devem reconhecer o papel da sociedade civil, incluindo as organizações que lutam contra a pobreza, como garantes da coerência das políticas dos Estados-Membros, da UE e através de um diálogo político estruturado. Vivemos um momento crítico na Europa; este dilema deve ser resolvido através da obtenção e aplicação de nossos direitos fundamentais comuns e valores emblemáticos para o bem-estar de todos e, em particular, para os 123 milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão que estão em modo de espera há muito tempo.